

# A Economia Capixaba no Período Pós-1990: O Processo de “Diversificação Concentradora”<sup>1</sup>

Sávio Bertochi Caçador<sup>2</sup>  
Robson Antonio Grassi<sup>3</sup>

## Resumo:

Este artigo analisa a evolução da economia do Espírito Santo a partir dos anos 1990, focando seu setor industrial. Os dados mostram que um 3º Ciclo de Desenvolvimento se iniciou na economia local nesse período, caracterizando o que se denominou de processo de “diversificação concentradora”, marcado pelo aumento da produção de setores já existentes, inclusive com atividades de exportação, e renascimento de outros, mas com tais mudanças sendo superadas pelo amplo crescimento da produção de *commodities*.

Considera-se que no longo prazo, se mantida a situação acima descrita, a economia capixaba pode perder dinamismo em termos de potencial de crescimento econômico, dado que ela é cada vez mais dependente da produção de *commodities*. As reservas naturais que sustentam este tipo de produção podem se esgotar, sem contar os limites ambientais e de espaço urbano decorrentes da mesma. O artigo conclui que a ampliação dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação representa uma alternativa interessante em busca da redução da dependência da produção de *commodities* no futuro, atingindo-se uma diversificação produtiva com maior agregação de valor.

**Palavras-chaves:** desenvolvimento regional; ciência, tecnologia e inovação; Espírito Santo.

## The Espírito Santo's economy in the post-1990s: the “concentrated diversification” process

## Abstract:

This paper examines the evolution of the Espírito Santo State's economy the 1990s, focusing on its industrial sector. The researched data indicates that a 3<sup>rd</sup> Cycle of Development began in the local economy in that period, characterizing what is called a process of "concentrated diversification", stressed by increased production of existing sectors, including activities of export, and rebirth of others, but such changes have been overcome by the widespread growth of production of commodities.

Moreover, *ceteris paribus*, this situation may worsen in the future in terms of growth potential, provided that Espírito Santo tries a process of "concentrated diversification", i.e., despite the economy has been diversified in recent decades, it is increasingly depending on the production of commodities. The natural reserves that sustain this kind of production may be exhausted, not counting the environmental and urban space limits for the same. So, enlarge investment in science, technology and innovation is an alternative presented in this paper for the state to become less dependent on the production of commodities in the future.

**Key-words:** regional development; science, technology and innovation; Espírito Santo.

**Classificação JEL/JEL Classification:** R11; O39; O18.

---

<sup>1</sup> Artigo financiado com recursos da Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (FAPES) e baseado na dissertação de Caçador (2008). Agradecemos aos pareceristas anônimos pelos importantes comentários. Os erros remanescentes são de inteira responsabilidade dos autores.

<sup>2</sup> Economista do Instituto Euvaldo Lodi-Espírito Santo (IEL-ES) e Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: sbcacador@hotmail.com.

<sup>3</sup> Professor do Mestrado em Economia da UFES. E-mail: rgrassi@uol.com.br.

## 1) Introdução

São poucos os estudos que abordam o cenário econômico do Espírito Santo de forma abrangente após 1990, destacando-se Mota (2002) e Bittencourt (2006). Assim, este trabalho tem como principal objetivo contribuir para preencher essa lacuna no estudo sobre a economia capixaba. De uma forma geral, pretende-se apontar as principais questões sobre o desenvolvimento econômico local pós-1990 – com foco em seu setor industrial –, visto que mudanças significativas ocorreram no quadro econômico, político e institucional do Brasil e do estado neste período.

Neste texto, estudar-se-á a história econômica do Espírito Santo a partir de uma periodização construída com base em seus **Ciclos de Desenvolvimento Econômico**, que são entendidos como períodos de desenvolvimento socioeconômico nucleados por poucas atividades econômicas. No caso capixaba, seus ciclos foram:

- **1º Ciclo:** centrado na **cafeicultura**, sobretudo de base familiar, que predominou entre meados do século XIX e a década de 1950;
- **2º Ciclo:** caracterizado pela **industrialização**, que teve uma 1ª fase (1960-1975) baseada no crescimento e instalação de pequenas e médias empresas e uma 2ª fase (1975-1990) fundamentada no crescimento e instalação de grandes empresas produtoras de *commodities* (os Grandes Projetos, que na literatura econômica capixaba se referem aos investimentos em plantas industriais produtoras de *commodities* realizados no estado entre meados dos anos 1970 e início dos 1980, compreendendo a construção da Aracruz Celulose, da Samarco e da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), atualmente denominada ArcelorMittal Tubarão, bem como a ampliação das atividades da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD);
- **3º Ciclo:** este ciclo, que começou em 1990, é caracterizado pela diversificação das atividades econômicas, mas ainda com predomínio dos segmentos produtores de *commodities*, e por isso será denominado “**diversificação concentradora**”. Em tal período ocorreu a evolução qualitativa de atividades econômicas importantes para o estado como os serviços ligados ao comércio exterior, os setores de alimentos e bebidas, metal-mecânico, móveis, rochas ornamentais e vestuário, da construção civil e serviços imobiliários, assim como aconteceu o renascimento da indústria petrolífera. Todas essas atividades se somaram às dos Grandes Projetos – que também se ampliaram neste ciclo –, gerando uma diversificação qualitativa na estrutura econômica local, mas que foi insuficiente para reverter o predomínio relativo das *commodities* na economia capixaba – reforçado pelo petróleo – herdado do ciclo industrial.

Outras atividades econômicas evoluíram e ganharam importância no contexto econômico local no 3º Ciclo, mas a dependência dos Grandes Projetos e, por conseqüência, da produção de *commodities*, aumentou e tende a se ampliar ainda mais quando a indústria petrolífera atingir seu auge e outra usina de pelletização de minério de ferro se instalar no estado.<sup>4</sup> Portanto, a principal novidade apresentada neste artigo é que essa diversificação econômica intensificada a partir dos anos 1990 não foi capaz de reverter a dependência da economia capixaba dos segmentos industriais produtores de *commodities*. Ao contrário, tal dependência aumentou e tende a se expandir ainda mais.

Vale dizer que a nomenclatura Ciclos de Desenvolvimento Econômico empregada neste trabalho é semelhante à do Plano de Desenvolvimento “ES 2025”, o planejamento estratégico do Espírito Santo, embora a periodização seja diferente nos dois últimos ciclos.<sup>5</sup> No “ES 2025”, o 2º Ciclo durou entre 1960 e 2005 e o 3º Ciclo se iniciou em 2005. Considera-se neste estudo que o 3º Ciclo começou nos anos 1990, visto que fatores como a abertura comercial (que impulsionou as exportações e importações do estado), a privatização da CST e CVRD, o renascimento da indústria petrolífera e o fortalecimento de setores locais (rochas ornamentais, móveis, confecções e metal-mecânico), proporcionaram uma dinâmica diferente da verificada no 2º Ciclo, ou seja, mais diversificada, mas ao mesmo tempo mais concentrada na produção de *commodities*.

<sup>4</sup> A Ferrous Resources do Brasil (capital australiano, inglês, norte-americano e brasileiro) construirá no município de Presidente Kennedy um porto de grande calado, três usinas de pelletização (capacidade de produção de 50 milhões de toneladas/ano a partir de 2014) e um mineroduto ligando Minas Gerais ao estado (A Gazeta, 01/08/2008).

<sup>5</sup> Para mais informações sobre o “ES 2025”, ver SEP (2006a).

Dessa forma, o presente artigo está dividido em quatro seções, incluindo esta introdução. A segunda seção apresentará um resumo da economia estadual no 1º Ciclo de Desenvolvimento Econômico e no 2º Ciclo de Desenvolvimento Econômico. Já a terceira seção tratará das principais características da economia capixaba a partir dos anos 1990, isto é, o seu 3º Ciclo de Desenvolvimento Econômico. Finalmente, a quarta seção traz as considerações finais.

## 2) Os dois primeiros Ciclos de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo

### 2.1) Síntese do 1º Ciclo: o ciclo da cafeicultura<sup>6</sup>

Na década de 1850, o Espírito Santo entrou em seu **1º Ciclo de Desenvolvimento Econômico**, caracterizado pelo predomínio da cafeicultura – uma *commodity* agrícola – até os anos 1950. No limiar desta década, grande parte dos estabelecimentos rurais no Espírito Santo tinham o café como principal atividade, sendo que a cafeicultura contribuía diretamente com cerca de um terço da renda gerada no estado e com mais de 40% das suas receitas tributárias (SEP 2006a: 22). Além disso, as principais características desse 1º Ciclo foram: monocultura mercantil do café de base familiar; e as principais atividades urbanas eram voltadas à comercialização e beneficiamento de café (SEP 2006a: 22).

Em função dessa estrutura produtiva, sua capacidade de acumulação de capital era diminuta e, portanto, incapaz de transformar-se num complexo econômico mais bem estruturado, como o fez São Paulo, por exemplo (Cano 2002a). A dinâmica tradicional da cafeicultura capixaba só foi rompida no final dos anos 1950 e início dos 1960 como resultado da crise que se abateu sobre a cafeicultura nacional, o que abriu oportunidades de diversificação econômica, como será discutido na próxima seção.

### 2.2) Síntese do 2º Ciclo: a industrialização

A cafeicultura encontrava-se em crise no início dos anos 1960 e medidas para contorná-la foram implementadas pelo governo federal, sendo a política de erradicação dos cafezais o primeiro passo nessa direção (Rocha & Morandi 1991). Ademais, consoante Rocha (1998: 52), a combinação dessa política com o Plano de Metas – realizado pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) e que só impactou a economia local a partir da década de 1960, quando seus investimentos foram concluídos – e os incentivos fiscais regionais fez com que, pela primeira vez na história econômica do Espírito Santo, o setor industrial capitaneasse o crescimento econômico local e hegemonizasse o debate político regional, dando início à **1ª fase (1960-1975) do 2º Ciclo de Desenvolvimento Econômico**.

No final dos anos 1960, teve início a estruturação de um sistema de incentivos fiscais regionais (Pereira 1998; Mota 2002), o sistema GERES/BANDES (Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Espírito Santo/Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo). Entre 1967-1969, institucionalizou-se a operação da Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES), que intermediou recursos de várias fontes como Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (GERCA), governo estadual e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)<sup>7</sup>. E a partir de 1969, o setor industrial capixaba passou a contar com os incentivos fiscais do Decreto-Lei nº 880 e da Lei estadual nº 2.469, cujos recursos constituíram o Fundo para Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES), administrado pelo Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES).

Desse modo, a indústria de transformação do Espírito Santo teve um desempenho bem superior no período 1959-1975 ao verificado na década de 1950 (Rocha & Morandi 1991: 87). Ainda segundo estes autores, sua taxa anual de crescimento superou os 15%, com expansão em quase todos os seus segmentos, apesar de não se ter observado uma substantiva diferenciação da estrutura industrial.

<sup>6</sup> Para mais informações sobre o período anterior ao 1º Ciclo de Desenvolvimento Econômico capixaba, ver Bittencourt (2006) e Rocha (1998).

<sup>7</sup> Seu nome foi mudado para Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 1982.

Em síntese, o Espírito Santo deu início ao processo de transição de uma economia agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial no período 1960-1975. Nesta primeira fase do **2º Ciclo de Desenvolvimento Econômico** estadual, a característica mais marcante foi o crescimento liderado por empresas locais de pequeno e médio porte. Vale ressaltar que este crescimento foi promovido, em grande parte, por políticas públicas que incentivaram as condições endógenas da economia local.

Por outro lado, a **2ª fase da industrialização** capixaba (1975-1990) foi marcada pelo crescimento industrial comandado pelos Grandes Projetos. Outro fator diferencial dessa 2ª fase foi o início do processo de diversificação econômica, com o surgimento e o desenvolvimento de várias atividades não-tradicionais. Dessa forma, a economia capixaba tornou-se um novo espaço de reprodução do Grande Capital, integrando-se de forma definitiva à dinâmica de acumulação da economia brasileira e assumindo um caráter complementar, sobretudo no setor industrial (Rocha & Morandi 1991: 94).

Todavia, a hegemonia do Grande Capital não eliminou a participação do capital local no processo de acumulação. O processo de desenvolvimento se tornou mais complexo na 2ª fase do ciclo industrial capixaba, pois o Grande Capital tanto desenvolveu atividades inexistentes anteriormente como se apropriou de outras onde o capital local era hegemônico. Ocorreu um duplo movimento, em que ao mesmo tempo se abriu espaço para o capital local pela complementaridade e se reduziu o espaço do mesmo através da concorrência, resultando em concentração, com o desaparecimento de alguns grupos locais e a consolidação de outros (Rocha & Morandi 1991).

Nesse sentido, a economia capixaba cresceu a uma taxa média anual de 11,5% na década de 1970, ao passo que o Brasil cresceu 10,3%. Tal crescimento foi liderado pelo setor industrial, que se expandiu 22,3% ao ano, seguido do setor agrícola (9,3%) e do setor terciário (7,5%). Nos anos 1980, a economia capixaba (2,9% ao ano) continuou crescendo acima da média nacional (1,8% ao ano), embora a um ritmo bem mais lento, liderada pela expansão da indústria (3,0% ao ano) – ver Tabela 1.

**Tabela 1: Taxa média anual de crescimento do PIB, Espírito Santo e Brasil (1939-2004)**

<i>em porcentagem(%)</i>							
<b>Espírito Santo</b>	<b>1939/1950</b>	<b>1951/1960</b>	<b>1961/1970</b>	<b>1971/1980</b>	<b>1981/1990</b>	<b>1991/2000</b>	<b>2001/2004</b>
Agricultura	4,6	1,4	1,5	9,3	-5,1	6,1	11,4
Indústria	6,6	0,4	17,4	22,3	3,0	2,7	3,4
Terciário	5,8	4,4	10,6	7,5	1,5	4,3	2,8
<b>Total</b>	<b>5,0</b>	<b>3,1</b>	<b>8,1</b>	<b>11,5</b>	<b>2,9</b>	<b>3,9</b>	<b>3,7</b>
<b>Brasil</b>	<b>1939/1950</b>	<b>1951/1960</b>	<b>1961/1970</b>	<b>1971/1980</b>	<b>1981/1990</b>	<b>1991/2000</b>	<b>2001/2004</b>
Agricultura	5,0	4,6	-0,5	8,1	-0,5	0,7	10,6
Indústria	5,1	6,3	11,5	13,6	1,7	1,8	3,1
Terciário	3,5	5,3	8,8	7,5	2,5	1,1	0,6
<b>Total</b>	<b>3,8</b>	<b>5,7</b>	<b>7,7</b>	<b>10,3</b>	<b>2,0</b>	<b>2,4</b>	<b>3,0</b>

Fonte: elaboração própria a partir do IPEADATA (2007b), para os dados até 1980, e IJSN (2007a), para os dados a partir de 1990, no caso do Espírito Santo; e IPEADATA (2007b), no caso do Brasil.

Essa dinâmica da economia capixaba, sobretudo dos Grandes Projetos, continuou no período 1985-1990. Consoante Mota (2002: 84), “os *Grandes Projetos* maturaram na década de 1980, o que, junto com a política federal de incentivo às exportações, fortaleceu as maiores plantas industriais no Espírito Santo, produtoras de semi-elaborados voltados para o mercado externo, e impeliu a indústria capixaba a continuar crescendo na década, a despeito do baixo desempenho nacional”.

Por fim, deve-se destacar também que o sistema GERES/BANDES continuou auxiliando o crescimento das pequenas e médias empresas capixabas entre 1975 e 1990. De acordo com Mota (2002: 72), tal aparato passou a utilizar de forma mais efetiva as operações de crédito, criando novas linhas de financiamento. Até então, a distribuição de recursos do FUNRES era direcionada para empreendimentos de sociedade anônima, o que tendia a concentrar tais recursos em um

número restrito de empresas e na Grande Vitória, que dispunha de melhores condições para receber investimentos.

Resumindo, a 2ª fase da industrialização capixaba caracterizou-se por um crescimento acima da média nacional puxado pelo setor industrial e liderado pelas empresas dos Grandes Projetos. Além disso, como grande parte da produção desses empreendimentos destina-se ao mercado externo, as exportações capixabas se ampliaram consideravelmente, conforme dados de Mota (2002) e SINDIEX (2002).

De uma forma geral, o **2º Ciclo de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo**, que compreendeu o período 1960-1990, termina caracterizado da seguinte forma: inserção da economia local na lógica de desenvolvimento nacional; industrialização empreendida pelo grande capital externo ao estado e baseada na produção de *commodities*; estruturação da logística voltada ao comércio exterior.

### **3) O 3º Ciclo: a economia capixaba no período pós-1990 e o processo de “diversificação concentradora”**

A economia capixaba assumiu uma dinâmica diferente da verificada no 2º Ciclo a partir dos anos 1990. Neste período, as empresas dos Grandes Projetos continuaram a influenciar decisivamente na dinâmica econômica estadual. Aliado a isso, outros fatores determinaram o desempenho econômico capixaba: o crescimento das importações via companhias importadoras (*tradings*), estimulado pelo FUNDAP; o renascimento da extração de petróleo e gás; e a evolução de arranjos produtivos importantes para a economia local, como metal-mecânico, rochas ornamentais, moveleiro e confecções; e a atuação do BANDES.

Por causa desses fatores, pode-se dizer que a principal característica da economia capixaba a partir dos anos 1990 foi a ampliação da sua diversificação, porém, com concentração ainda maior na produção de *commodities*, como será mostrado a seguir. Vale dizer que diversificação neste caso não significa essencialmente que novas atividades produtivas tenham surgido na economia capixaba, mas, sim, que se ampliou o leque de atividades importantes para a mesma a partir da evolução qualitativa nos anos 1990 de atividades como os serviços de comércio exterior. Além disso, outros setores já apresentam firmas que exportam (rochas ornamentais, mobiliário e confecções), o setor de metal-mecânica ampliou sua participação no fornecimento para as grandes empresas, e a extração de petróleo e gás, que quase teve sua produção encerrada pela Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) na primeira metade dos anos 1990, renasceu na segunda metade desta década. E concentração significa que, apesar desses avanços citados anteriormente, a produção industrial capixaba continuou centrada em *commodities*, dado que as empresas dos Grandes Projetos ampliaram sua capacidade de produção e a extração de petróleo e gás, que também são *commodities*, revigorou-se. Isso permitirá concluir que a partir dos anos 1990 estabeleceu-se no estado um processo de “diversificação concentradora”, característica marcante do seu 3º Ciclo de desenvolvimento.<sup>8</sup>

A economia capixaba continuou apresentando um desempenho superior ao do Brasil nos anos 1990. Neste período, o estado cresceu a uma taxa média anual de 3,9% e o país, 2,4% (Tabela 1). Desempenhos superiores aos dos anos 1980, contudo bem abaixo das elevadas taxas de crescimento econômico verificadas nos anos 1960 e 1970, de acordo com o que foi mostrado anteriormente. A novidade dessa década é que o crescimento econômico estadual foi comandado pelo setor terciário, e não somente pelo setor industrial como no período 1960-1990, o que reforça o caráter “diversificador” intensificado a partir deste período, dado que a diversificação já tinha começado com o 2º Ciclo de Desenvolvimento. A principal justificativa, de acordo com Mota (2002), é o crescimento do que ele denominou de atividades mercantis-portuárias, isto é, atividades

---

<sup>8</sup> Uma idéia diferente do processo de “diversificação concentradora” foi proposta por Mota (2002). Ele apresentou a idéia de “ampliação de heterogeneidade” da economia capixaba a partir dos anos 1990, que se resume à dicotomia entre mercado externo (segmentos que têm sua dinâmica subordinada ao comércio internacional) e mercado interno (pequenas e médias empresas que têm sua performance atrelada ao mercado interno), ressaltando a importância de cada um para a economia local.

de exportação e importação de bens. Parte significativa destas atividades se deveu ao mecanismo do FUNDAP, que propiciou o surgimento e o crescimento de *tradings* no estado, mecanismo este operacionalizado pelo BANDES.

Em função dessa expansão acima da média nacional, o estado conseguiu aumentar sua participação no PIB nacional de 1,7%, em 1990, para 2,0%, em 2000, consoante a Tabela 2. Neste período, a agricultura capixaba ampliou sua participação no PIB agrícola nacional de 1,2% para 2,1%, em função de seu crescimento superior ao verificado no país; já a indústria estadual teve um pequeno aumento de sua parcela no PIB industrial brasileiro, de 1,5% para 1,7%, uma vez que o crescimento industrial capixaba não foi tão maior que a média nacional; por fim, o setor terciário capixaba também conseguiu uma expansão considerável no PIB terciário do Brasil, de 2,1% para 2,9%, por causa de seu crescimento acima do nacional.

No período 2000-2004, a economia capixaba apresentou, mais uma vez, um desempenho superior ao do Brasil.<sup>9</sup> Neste período, o estado cresceu a uma taxa média anual de 3,7% e o país, 3,0% (Tabela 1). Destaca-se que a performance estadual foi ligeiramente inferior à taxa média anual verificada nos anos 1990; já no caso do país, a taxa média verificada entre 2000 e 2004 foi maior que a taxa da década anterior.

**Tabela 2: Participação do Espírito Santo no PIB do Brasil (1990-2004)**

<i>em porcentagem (%)</i>			
<b>Espírito Santo</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>
PIB Agrícola	1,2	2,1	0,9
PIB Industrial	1,5	1,7	1,8
PIB Terciário	2,1	2,9	2,9
<b>PIB Total</b>	<b>1,7</b>	<b>2,0</b>	<b>2,0</b>

Fonte: elaboração própria a partir de IJSN (2007a) e IPEADATA (2007b).

Diferentemente da década anterior, nesses primeiros anos do século XXI, o setor industrial voltou a crescer mais que o de serviços no Espírito Santo. O PIB da indústria estadual cresceu a uma taxa média anual de 3,4% e, no caso do Brasil, este percentual foi de 3,1%. O setor terciário capixaba, por sua vez, teve um desempenho acima da média nacional: 2,8% contra 0,6%. E, por fim, a agricultura estadual apresentou também um desempenho positivo (11,4%) e superior ao do país (10,6%).

E em função dessa expansão similar à média nacional, o estado conseguiu manter sua participação no PIB nacional em 2,0%, em 2004, conforme Tabela 2. Neste ano, a agricultura reduziu sua participação no PIB agrícola nacional para 0,9%; já a indústria teve um pequeno aumento de sua parcela no PIB industrial brasileiro para 1,8%; por fim, o setor terciário capixaba manteve sua parcela no PIB terciário do Brasil em 2,9%.

Contudo, a economia do Espírito Santo poderia ter alcançado um crescimento maior não fosse a crise política e institucional que atravessou na década de 1990 e início da seguinte. Segundo estudo da FUTURA (2002), os principais elementos dessa crise foram: crise política e institucional, com perda, por parte do governo do Estado, de credibilidade e capacidade de liderança; situação de ruptura nas relações público-privado; crise de representação política, com o descolamento dos representantes políticos dos anseios da população; ausência de um projeto para o estado; e ausência de lideranças empresariais com capacidade de mobilizar reações à crise.

De acordo com relatório da SEP (2006a: 24), a crise atingiu tamanha proporção que multinacionais anunciaram o fechamento de fábricas sob a alegação de que teriam sido alvo de cobrança de propina para a liberação de financiamentos retidos e, no início de 2003, o governo

<sup>9</sup> Apesar do IBGE já ter divulgados os resultados da Contas Regionais de 2005, optou-se por não usá-las neste trabalho porque o referido instituto fez alterações substanciais na metodologia desta pesquisa, o que dificulta a comparação com os resultados obtidos até 2004.

estadual não possuía dinheiro em caixa, detinha elevada dívida com o funcionalismo e acumulava um déficit de cerca de R\$ 1,2 bilhão.<sup>10</sup>

Entretanto, essa situação começou a ser revertida em 2003, a partir da eleição de Paulo Hartung, que foi reeleito em 2006. O Espírito Santo vem superando a crise por intermédio de um “choque ético” que tem possibilitado a reorganização das finanças e da administração estadual. Alcançado o equilíbrio financeiro em 2005, o Estado vem expandindo sua capacidade de investimento nas áreas de saúde, segurança, educação e infra-estrutura. Assim, entre 2003 e 2006, o Espírito Santo conseguiu aumentar de menos de 1% para 12% os investimentos com receita própria (SEP 2006a: 24). Dessa forma, foi possível que o governo estadual voltasse a fomentar e apoiar o setor produtivo capixaba.

Para se entender melhor esse cenário da economia capixaba no período pós-1990, dividiu-se o estudo em dois blocos: a) o comércio exterior capixaba; e b) o desempenho industrial do estado, destacando-se o desempenho dos Grandes Projetos.

### 3.1) O comércio exterior capixaba

Nos anos 1990, o Brasil adotou uma série de reformas de cunho liberal. Dentre estas, cabe destacar a abertura comercial, que implicou em reestruturação produtiva e na busca por uma inserção externa mais dinâmica. Consoante Carneiro (2002: 315), um dos resultados da abertura comercial foi a ampliação do coeficiente importado de 5,7%, em 1990, para 20,3%, em 1998, cuja contrapartida deveria ser um aumento proporcional do coeficiente exportado, o que não ocorreu, pois este passou de 8,0% para 14,8% em igual período. Porém, ele afirmou também que a abertura impactou mais os setores intensivos em tecnologia e capital, reduzindo a densidade de suas cadeias produtivas, e foi menos impactante nos setores intensivos em mão-de-obra, em recursos naturais e em alguns segmentos produtores de bens intermediários – característico dos Grandes Projetos da economia capixaba.

Esses fatores mais amplos e de caráter nacional, em conjunto com outros específicos da economia do Espírito Santo, influenciaram o desempenho do comércio exterior estadual. Primeiro, é preciso destacar que o estado possui um sistema logístico diversificado, como mostra o IJSN (2007b), que o integra com os demais estados do país e com o resto do mundo, contribuindo para sua ligação com o mercado externo. Tal infra-estrutura é condição essencial para o bom desempenho do comércio exterior estadual.

**Tabela 3: Exportações e importações do Espírito Santo e do Brasil (1990-2006)**

Variáveis selecionadas		1990	1995	2000	2006	
<b>Espírito Santo</b>	Valor (US\$ milhões FOB)	Exportações	1.414,7	2.748,7	2.791,3	6.720,0
		Importações	595,7	3.718,6	2.508,2	4.896,1
	Variação (%) em relação ao período anterior	Exportações	7,8	14,2	0,3	15,8
		Importações	-	44,2	-7,6	14,3
	Coeficiente de abertura (%)		25,8	46,1	42,0	59,3
<b>Brasil</b>	Valor (US\$ milhões FOB)	Exportações	31.413,8	46.506,3	55.085,6	137.469,7
		Importações	20.661,3	49.971,8	55.838,5	91.395,6
	Variação (%) em relação ao período anterior	Exportações	4,1	8,2	3,4	16,5
		Importações	-	19,3	2,2	10,4
	Coeficiente de abertura (%)		11,1	12,5	17,2	21,4
Exportações do Espírito Santo/Exportações do Brasil (%)		4,5	5,9	5,1	4,9	
Importações do Espírito Santo/Importações do Brasil (%)		2,9	7,4	4,5	5,4	

\* Os dados de 2006 são uma estimativa do SINDIEX (2007).

Fonte: SINDIEX (2007), para os dados do Espírito Santo, e MDIC (2007b), para os dados do Brasil.

O Espírito Santo apresentou uma performance superior à do Brasil no comércio exterior nos anos 1990. A Tabela 3 mostra que as exportações do estado cresceram 14,2% (1990-1995) e 0,3% ao ano (1995-2000) e as importações 44,2% (1990-1995) e -7,6% ao ano (1995-2000), ao passo que

<sup>10</sup> A crise institucional vivida pelo governo capixaba nos anos 1990 merece uma análise sobre seu impacto na atividade econômica local, o que será feito em outro trabalho para não conflitar com o escopo deste estudo.

para o Brasil estes indicadores foram 8,2% e 3,4% para as exportações e 19,3% e 2,2% para as importações, respectivamente. Por conseguinte, a participação estadual no total exportado pelo país passou de 4,5%, em 1990, para 5,1%, em 2000, enquanto a participação capixaba no total das importações brasileiras passou de 2,9% para 4,5% em igual período. Ademais, o coeficiente de abertura externo da economia capixaba passou de 25,8%, em 1990, para 42,0%, em 2000, ao passo que para o país esses indicadores aumentaram de 11,1% para 17,2% em igual período.

Referente à pauta de exportação, o Espírito Santo concentrava grande parte dela em produtos semi-elaborados e outros primários. Em 2000, por exemplo, quase 93% do valor exportado de mercadorias pelo estado se originava de produtos siderúrgicos (35,7%), pelotas de minério de ferro (25,1%), celulose (20,9%), café em grãos (6,9%) e rochas (4,2%) (SINDIEX 2002: 52).

Entre 2000 e 2006, a variação das exportações brasileiras (16,5%) foi ligeiramente superior à do estado (15,8%), conforme a Tabela 3. Quanto às importações, o crescimento estadual (14,3%) superou o nacional (10,4%). Por conseguinte, a participação estadual no total exportado pelo país passou de 5,1%, em 2000, para 4,9%, em 2006, enquanto a participação capixaba nas importações brasileiras passou de 4,5% para 5,4% em igual período. E o coeficiente de abertura atingiu 59,3% em 2006 – o maior dentre os estados brasileiros (SINDIEX 2007: 63) –, enquanto que para o país tal coeficiente foi de 21,4%.

No que diz respeito à pauta de exportações em 2006, persistiu a predominância de *commodities*. Em comparação à pauta de exportações de 2000, ocorreu uma mudança na composição interna dos principais produtos exportados, que em 2006 foram: pelotas de minério (44,5%), produtos siderúrgicos (22,6%), celulose (11,3%), mármore e granito (10,1%) e café (4,5%), totalizando 93% do valor exportado pelo estado em 2006 (SINDIEX 2007: 41).

Durante o período 1990-2006, pode-se dizer que as exportações capixabas cresceram em função das vendas das empresas dos Grandes Projetos. Comparando-se a análise de Carneiro (2002) com a pauta de exportações capixabas dos anos 2000 e 2006, verifica-se que esta é composta basicamente por *commodities*, que não foram negativamente afetadas pela abertura comercial e pela valorização cambial do período 1994-1998, e que são características dos Grandes Projetos. Além disso, durante esse tempo todas as empresas dos Grandes Projetos ampliaram suas capacidades de produção<sup>11</sup>, o que, aliado à desvalorização cambial entre os anos de 1999 e 2005 e o aumento dos preços internacionais das *commodities* a partir de 2002, contribuiu para que o estado continuasse com uma posição de destaque nas exportações do país.<sup>12</sup>

Para se ter uma idéia mais clara do peso que as grandes empresas exercem nas exportações capixabas, vale a pena comentar alguns dados Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC). Em 2006, por exemplo, as grandes empresas responderam por 92,5% do valor das exportações capixabas (MDIC 2007c), sendo que as 5 maiores exportadoras (ArcelorMittal Tubarão, Samarco, CVRD e coligadas, Aracruz Celulose e ArcelorMittal Belgo – Usina Vitória) tiveram uma participação de 77,4% no valor das exportações estaduais (MDIC 2007a).<sup>13</sup>

Já as importações feitas pelo Espírito Santo cresceram, entre 1990 e 2006, por três motivos principais: a) a abertura comercial, que, segundo Carneiro (2002), reduziu tarifas e aumentou a oferta de produtos importados no mercado nacional; b) a valorização cambial entre os anos de 1994 e 1998, diminuindo o preço relativo dos produtos importados; e c) o FUNDAP, que possibilitou às *tradings*, inclusive de São Paulo, operarem pelo Porto de Vitória (Mota 2002: 103).

No que se refere ainda às importações, o MDIC (2007a) traz dados interessantes sobre a relevância que as *tradings* têm no estado. Segundo esta fonte, das 40 maiores empresas

<sup>11</sup> Mais detalhes sobre os Grandes Projetos serão vistos na seção 3.2.

<sup>12</sup> Para mais informações sobre a expansão dos preços das *commodities* a partir de 2002, ver Prates (2007).

<sup>13</sup> Vale notar que este percentual não é muito diferente para o país como um todo, visto que 91,4% das exportações nacionais foram feitas por grandes empresas em 2006 (MDIC, 2007c). Ressalta-se, ainda, que o MDIC (2007c) classificou como empresa de grande porte as indústrias que possuíssem mais de 200 empregados e valor exportado no ano em questão superior a US\$ 20 milhões, e no caso de comércio e serviços, a empresa deve ter mais de 80 empregados e exportações acima de US\$ 7 milhões.



importadoras em termos de valor importado, 30 são *tradings*. Estas, por sua vez, representaram 60,8% do valor total das importações do estado em 2006.

Apesar desses dados relevantes, Mota (2002: 101-102) acredita que o Espírito Santo não pode ser considerado um estado com “vocação para o comércio exterior”. Isso porque:

- 1) grande parte da infra-estrutura portuária do estado pertence a grandes empresas (CVRD, Samarco, ArcelorMittal Tubarão, Aracruz Celulose e PETROBRAS), refletindo majoritariamente suas estratégias empresariais e não uma rela o da estrutura produtiva capixaba em seu conjunto com o exterior;
- 2) a estrutura produtiva capixaba   formada basicamente por pequenas e médias empresas que não estão em condi es de disputar o mercado externo;
- 3) a ênfase na comercializa o e na estrutura portuária esconde o fato de que não   no estado que se produz ou se consome parte das mercadorias exportadas e, sobretudo, importadas;
- 4) o crescimento da economia capixaba está atrelado, também, a sua estrutura produtiva tradicional, que   voltada para o mercado interno.

Contudo, essa tese de Mota (2002) precisa ser vista com muito cuidado. Com rela o ao ponto 1, deve-se salientar que, independente do controle dos portos ser público ou privado, eles estão localizados em território capixaba, gerando renda e empregos, além de pagar tributos ao poder público. Para se ter uma idéia da relevância do setor de logística para a economia do Espírito Santo, o segmento de transporte e armazenagem representou 5,3% do Valor Adicionado Bruto (VAB) estadual em 2004, o 3  mais importante do setor terciário neste ano, desconsiderando-se a administra o pública como um setor produtivo, e com uma taxa média de crescimento de 2,3% ao ano entre 1990 e 2004 (IBGE 2007a).

A respeito do ponto 2, a estrutura produtiva capixaba, assim como a nacional,   formada, em grande parte, por empresas de micro, pequeno e médio portes. No caso brasileiro, as empresas que possuem até 499 empregados representaram 99,7% do total em 2005, sendo que só as firmas de micro porte (até 9 empregados) representavam 84,2% do total; no Espírito Santo os números são parecidos, 99,8% das empresas possuem até 499 empregados, sendo que as micro empresas responderam por 83,9% do total (MTE 2005).

**Tabela 4: Distribui o dos exportadores, Espírito Santo e Brasil (2005)**

Porte das empresas exportadoras	N� de empresas exportadoras		FOB (US\$ milhão)	
	Quantidade	%	Valor	%
Micro empresas do Espírito Santo	130	23,5	11	0,2
<b>Micro empresas do Brasil</b>	<b>5.906</b>	<b>24,9</b>	<b>284</b>	<b>0,2</b>
Pequenas empresas do Espírito Santo	235	42,4	144	2,5
<b>Pequenas empresas do Brasil</b>	<b>6.312</b>	<b>26,6</b>	<b>2.038</b>	<b>1,7</b>
Médias empresas do Espírito Santo	113	20,4	401	6,9
<b>Médias empresas do Brasil</b>	<b>5.986</b>	<b>25,2</b>	<b>8.125</b>	<b>6,9</b>
Grandes empresas do Espírito Santo	76	13,7	5.227	90,4
<b>Grandes empresas do Brasil</b>	<b>4.758</b>	<b>20,1</b>	<b>107.865</b>	<b>91,0</b>
Total do Espírito Santo	554	100,0	5.783	100,0
<b>Total do Brasil</b>	<b>23.726</b>	<b>100,0</b>	<b>118.529</b>	<b>100,0</b>

Fonte: elabora o própria a partir de MDIC (2007c).

Além disso, no Brasil, assim como no Espírito Santo, a maior parcela das exporta es, em termos de valor, são feitas pelas grandes empresas (90,4% no estado e 91,0% do valor total do país), como mostra a Tabela 4. Portanto, essa questão levantada por Mota (2002) poderia ser mais bem qualificada, no sentido de criticar a reduzida inser o no mercado externo das empresas de micro, pequeno e médio portes do Brasil, e não só do Espírito Santo, além do baixo valor agregado das exporta es das mesmas.

O ponto 3 também apresenta imprecisões. No que tange às exporta es do estado, grande parte delas   produzida por empresas nele sediadas (MDIC 2007a), justamente o contrário do que defende Mota (2002). No que se refere às importa es, apesar de ser difícil identificar qual o destino final das mesmas, o fato   que elas geram renda, empregos e tributos para o estado. Segundo o SINDIEX (2007: 30), só as importa es no âmbito do FUNDAPE geraram uma arrecada o de R\$

1,550 bilhão de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 2006, ou 30% da receita estadual do imposto neste ano.

Nesse sentido, vale a pena fazer uma analogia do Espírito Santo com a Holanda. Este país possui o 3º maior porto do mundo e o maior da Europa em termos de movimentação de cargas, sendo considerado a principal “porta de entrada” de mercadorias naquele continente.<sup>14</sup> O Espírito Santo pode ser uma das principais “portas de entrada” de mercadorias no Brasil. Essa analogia entre Espírito Santo e Holanda já estava presente num estudo realizado pelo NEP/UFES (1993) e foi chamada de “Projeto Roterdã”.<sup>15</sup>

Por fim, é inquestionável que o crescimento da economia capixaba está atrelado também à sua estrutura produtiva de micros, pequenas e médias empresas, principalmente na geração de empregos, como mostrou Mota (2002) no ponto 4 e como comprovam os dados do MTE (2005). No entanto, grande parte do crescimento econômico estadual está condicionado às grandes empresas, como será mais bem detalhado na seção 3.2.

### 3.2) A performance industrial capixaba no período pós-1990

Como foi visto na introdução da seção 3, a indústria capixaba desacelerou seu crescimento nos anos 1990, mas voltou a se recuperar no período 2000-2004. Mesmo assim, ela continuou tendo como seu principal centro dinâmico de crescimento as empresas dos Grandes Projetos.

Isso é comprovado pela Tabela 5, que apresenta os dados da variação da produção física industrial do Espírito Santo e do Brasil entre 1992 e 2006. Esta tabela mostra que a produção da indústria geral do estado cresceu 4,4% ao ano neste período, enquanto para o Brasil este índice foi de 2,7% ao ano. Além disso, a indústria extrativa expandiu-se acima da indústria de transformação tanto no estado como no país.

**Tabela 5: Variação da produção física industrial, Espírito Santo e Brasil (1992-2006)**

	<i>em porcentagem (%)</i>				
<b>Espírito Santo</b>	<b>1992-1994</b>	<b>1995-1998</b>	<b>1999-2002</b>	<b>2003-2006</b>	<b>1992-2006</b>
<b>Indústria geral</b>	<b>3,7</b>	<b>1,7</b>	<b>6,8</b>	<b>5,1</b>	<b>4,4</b>
Indústria extrativa	-1,0	1,9	16,3	7,2	6,6
Indústria de transformação	5,2	1,7	4,0	4,4	3,7
Alimentos e bebidas	5,6	-2,1	-4,6	5,6	0,8
Celulose, papel e produtos de papel	12,0	2,2	9,8	7,5	7,6
Metalurgia básica	3,3	3,9	8,1	3,0	4,7
<b>Brasil</b>	<b>1992-1994</b>	<b>1995-1998</b>	<b>1999-2002</b>	<b>2003-2006</b>	<b>1992-2006</b>
<b>Indústria geral</b>	<b>3,8</b>	<b>1,4</b>	<b>2,6</b>	<b>3,6</b>	<b>2,7</b>
Indústria extrativa	2,0	8,0	10,7	6,6	7,1
Indústria de transformação	3,9	0,8	1,6	3,4	2,3
Alimentos	0,8	3,9	2,2	1,3	2,1
Bebidas	0,8	2,8	-2,0	3,8	1,4
Celulose, papel e produtos de papel	1,9	1,6	3,4	4,9	3,0
Metalurgia básica	5,1	0,7	2,9	2,5	2,7

Fonte: elaboração própria a partir de IBGE/PIM-PF (2007d).

A indústria extrativa capixaba engloba os segmentos de extração de minerais metálicos, de petróleo e gás natural, de minerais não-metálicos e de carvão mineral<sup>16</sup>. Neste estudo, contudo, analisar-se-á somente os três primeiros que, como mostra a Tabela 5, são importantes para a indústria local: os segmentos de extração de minerais metálicos, o de petróleo e gás e o de minerais

<sup>14</sup> Mais informações sobre o porto de Roterdã no seu site oficial (<http://www.portofrotterdam.com/en/home/>).

<sup>15</sup> Mais informações em NEP/UFES (1993).

<sup>16</sup> Por questões de sigilo, o IBGE não divulgou mais detalhes sobre os segmentos de extração de minerais não-metálicos e de carvão mineral na PIA (2005).

não-metálicos<sup>17</sup> responderam por 28,6%, 8,4% e 5,2%, respectivamente, do Valor da Transformação Industrial (VTI) do estado em 2005.

**Tabela 6: Dez principais segmentos da indústria do Espírito Santo (1996-2005)**

1996		2005	
Segmentos	% do VTI	Segmentos	% do VTI
Metalurgia	22,3	Extração de minerais metálicos	28,6
Alimentos e bebidas	19,0	Metalurgia	27,2
Extração de minerais metálicos	16,6	Papel e celulose	11,6
Papel e celulose	13,3	Extração de petróleo	8,4
Prod. minerais não-metálicos	8,3	Alimentos e bebidas	5,5
Metal-mecânico	4,5	Prod. minerais não-metálicos	5,2
Têxtil	2,0	Metal-mecânico	4,3
Vestuário	2,0	Produtos químicos	1,5
Edição, impressão e gravações	1,9	Vestuário	1,1
Produtos químicos	1,4	Mobiliário	0,9
<b>Total</b>	<b>91,3</b>	<b>Total</b>	<b>94,3</b>

Fonte: elaboração própria a partir de IBGE (2007c).

Na indústria de extração de minerais metálicos, o Espírito Santo sedia duas empresas que são destaques nacionais e que se originam dos Grandes Projetos: a CVRD e a Samarco Mineração. A CVRD foi privatizada em maio de 1997, quando o Consórcio Brasil adquiriu 41,73% das ações ordinárias do governo federal. As atividades da empresa no Espírito Santo compreendem: sete usinas de pelotização de minério de ferro, com uma capacidade de produção de 25 milhões de toneladas de pelotas/ano; Complexo Portuário de Tubarão, localizado em Vitória; Terminal Portuário de Vila Velha, localizado no Porto de Capuaba, Vila Velha; a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM); a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA); e o Terminal Rodoferroviário de Colatina. E está prevista também a construção da Ferrovia Litorânea Sul, que ligará Cachoeiro de Itapemirim a Cariacica, cuja principal função será o transporte de rochas ornamentais.

A Samarco, por sua vez, produz anualmente 14 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro e cerca de 1 milhão de toneladas de finos de minério concentrado, em Ubu (Anchieta).<sup>18</sup> A partir de 2008, com a entrada em operação da terceira usina de pelotização, a empresa teve sua capacidade produtiva aumentada em 54% (21,6 milhões de toneladas). Conseqüentemente, sua participação no mercado mundial, atualmente de 15%, poderá chegar a 19%, segundo informação do Relatório Anual 2006 da empresa.

**Tabela 7: Petróleo e gás natural, Espírito Santo e Brasil (1996-2006)**

Variáveis (variação em relação ao período anterior)	em porcentagem (%)						Part. relativa do ES em 2006 (%)
	1996-2000		2001-2006		1996-2006		
	ES	BR	ES	BR	ES	BR	
Reservas provadas de petróleo	45,7	6,1	78,2	7,5	57,7	6,2	11,1
Produção de petróleo	9	12,1	26,2	5,9	21,3	8,2	3,6
Reservas provadas de gás natural	3,7	-0,3	28,2	9,3	19	4,5	11,7
Produção de gás natural	4,8	9,7	18,5	4,8	13,2	6,8	5,1

Fonte: elaboração própria a partir de ANP (2006) e ANP (2007), para os dados de 2006.

No que tange à indústria petrolífera do estado, esta foi revigorada a partir da segunda metade dos anos 1990 com novas descobertas, atribuídas, em grande parte, à PETROBRAS (Caçador

<sup>17</sup> No estado, o arranjo produtivo de rochas ornamentais possui atividades no segmento de extração de minerais não-metálicos e no de fabricação de minerais não-metálicos, tornando difícil mensurar a sua participação na indústria capixaba. O 1º engloba as atividades de extração de pedra, areia e argila; ao passo que o 2º abrange a fabricação de vidro, cimento, concreto, produtos cerâmicos e beneficiamento de pedras. O percentual apresentado na Tabela 6, cujo VTI do segmento de fabricação de minerais não-metálicos representou 5,2% em 2005, deve ser entendido como uma proxy da participação do arranjo de rochas ornamentais no VTI capixaba.

<sup>18</sup> O controle acionário da Samarco está dividido igualmente entre a CVRD e a BHP Billiton, empresa de capital australiano.

2005). A Tabela 7 mostra que as reservas provadas de petróleo e gás natural do Espírito Santo aumentaram 57,7% e 19,0%, nesta ordem, entre 1996 e 2006, face uma variação de 6,2% e 4,5% do país. Por conseguinte, a produção de petróleo e gás estadual também aumentou: 21,3% no primeiro caso e 13,2% no segundo caso, percentuais superiores aos do país (8,2% e 6,8%).<sup>19</sup>

Essas informações dos segmentos de extração de minerais metálicos e de petróleo e gás do estado explicam, em grande medida, o desempenho significativo dos mesmos. Em suma, parte expressiva do primeiro segmento se origina da performance da CVRD e da Samarco, ao passo que no segmento de petróleo e gás a PETROBRAS tem papel crucial.

No segmento de extração de minerais não-metálicos, por seu turno, o setor de rochas ornamentais é relevante para a economia local. O Espírito Santo, segundo a Revista Potencialidades (2007: 87), representou 65% das exportações do segmento em 2006, que é formado por dois núcleos de aglomeração: o primeiro se localiza em Cachoeiro de Itapemirim e o segundo em Nova Venécia. Institucionalmente, o segmento conta com o apoio do Sindicato da Indústria de Extração e Beneficiamento de Mármore e Granitos Ornamentais, Cal e Calcário do Estado do Espírito Santo (SINDIROCHAS), fundado em 1973, e do Centro Tecnológico do Mármore e do Granito (CETEMAG), criado em 1988.<sup>20</sup>

Atualmente, de acordo com o estudo da FUTURA (2006: 77), o setor de rochas ornamentais pode ser considerado o Arranjo Produtivo Local (APL) mais avançado do estado, pois apesar de vários problemas – que em grande parte são estruturais da economia do Espírito Santo, como os relacionados com infra-estrutura e financiamento –, o setor possui governança bem estruturada (SINDIROCHAS), centro tecnológico (CETEMAG) – embora o mesmo seja voltado para a capacitação de mão-de-obra, e não para o desenvolvimento tecnológico propriamente dito –, organiza importantes feiras, tem ligação com alguns fornecedores locais, etc.

Em relação à indústria de transformação, os segmentos que mais se expandiram no Espírito Santo no período 1992-2006 foram, segundo a Tabela 5, os de celulose (7,6%) e metalurgia básica (4,7%). Na indústria de celulose, o estado sedia uma planta industrial da Aracruz Celulose, outra empresa remanescente dos Grandes Projetos, que representou 11,6% do VTI estadual em 2005, conforme a Tabela 6, constituindo-se no 3º segmento industrial mais importante do estado. Nele está a maior fábrica de celulose de eucalipto do mundo, com capacidade de produção de 2,1 milhões de toneladas anuais, integrada a um porto privativo especializado, o Portocel, localizado a 1,2 km da fábrica.

A indústria metalúrgica capixaba, cujo destaque fica por conta da ArcelorMittal Tubarão, representou 27,2% do VTI estadual em 2005, consoante a Tabela 6. Após a sua privatização em 1992, a companhia diversificou sua produção, em 2002, com a implantação de um Laminador de Tiras a Quente (LTQ). Em 2003, teve início o Plano de Expansão da produção para 7,5 milhões de toneladas por ano, que foi concluído em 2007.

Em 2005, foi criada a Arcelor Brasil, resultado da união da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, da CST e da Vega do Sul, todas sob controle acionário da Arcelor, empresa de capital luxemburguês. Em 2006, a Arcelor Brasil e suas subsidiárias passaram a fazer parte do grupo ArcelorMittal, como consequência da fusão entre a Arcelor e a Mittal Steel.

Além dos segmentos de celulose e metalurgia, os segmentos de alimentos e bebidas, o de móveis, o de vestuário e o metal-mecânico são também relevantes para a economia capixaba. Conforme a Tabela 6, o segmento de alimentos e bebidas respondeu por 5,5% do VTI estadual. Todavia, tal segmento cresceu a uma taxa menor que a média nacional entre 1992 e 2006, apesar de ter apresentado elevado crescimento no período 2003-2006, consoante a Tabela 5.

No setor de alimentos, três segmentos se destacam no estado: o de fabricação de massas e o de fabricação de chocolates, com importantes empresas para a economia local. No caso específico do segmento de chocolates, o Espírito Santo sedia uma das três maiores fabricantes de chocolates do Hemisfério Sul, a Chocolates Garoto, que atualmente é controlada pela Nestlé, cuja capacidade

---

<sup>19</sup> Outra consequência do revigoramento da indústria petrolífera é o aumento da arrecadação de *royalties*. Para mais informações, consultar Caçador (2005).

<sup>20</sup> Para mais informações, ver Villaschi Filho & Sabadini (2000).

de produção é de 140 mil toneladas por ano e exporta seus produtos para 45 países.<sup>21</sup> Já no setor de bebidas, o estado tem empresas importantes nos segmentos de torrefação e moagem de café, água mineral, refrigerantes e sucos prontos para beber. No segmento de sucos prontos para beber, o destaque é a Minute Maid Mais, cujo controle acionário é da *The Coca-Cola Company*, com uma capacidade de produzir 120 milhões de litros de sucos por ano.<sup>22</sup>

Os segmentos de vestuário e de móveis representaram, em 2005, 1,1% e 0,9% do VTI estadual, respectivamente. Apesar desses percentuais relativamente baixos, o estudo da FUTURA (2006) indicou tais atividades econômicas como relevantes no contexto da economia capixaba pelos seguintes motivos: são importantes atividades geradoras de empregos e renda em municípios do interior do estado – Colatina e São Gabriel da Palha no caso do vestuário e Linhares no caso de móveis –; a estrutura de governança dos setores está em processo de construção, com o Sindicato das Indústrias do Vestuário de Colatina (SINVESCO) e o Sindicato das Indústrias da Madeira e do Mobiliário de Linhares e Região Norte (SINDIMOL); e cada segmento já possui, ainda que em pequeno número, empresas de destaque nacional e até mesmo internacional, ou seja, já exportam suas mercadorias.

Outro segmento importante da indústria de transformação local é o metal-mecânico. Segundo a Tabela 6, este segmento representava cerca de 4,3% do VTI estadual em 2005.<sup>23</sup> Em 1988, foi criado o Centro Capixaba de Desenvolvimento Metal-mecânico (CDMEC), importante instituição de apoio e fomento ao segmento.

De acordo com pesquisa do Instituto FUTURA (2006: 50), o APL metal-mecânico está em estágio de consolidação. O mesmo estudo mostrou que os municípios em que esta atividade é acentuada são Serra, Aracruz, Cariacica, Vitória, Vila Velha, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares. Para se ter uma idéia da evolução do setor, a publicação do CDMEC (2006: 5) mostra que a participação das empresas fornecedoras locais nos contratos das grandes empresas passou de 1,0%, na década de 1990, para 20,0%, em 2005.

De uma forma mais geral, verifica-se que o VTI do estado é fortemente concentrado na produção de *commodities*. Este grupo de atividades, conforme a Tabela 8, representava 76,6% do VTI estadual em 2005. As indústrias tradicionais, que já representaram 71,1% do VTI capixaba em 1960, responderam por apenas 8,6% do VTI local em 2005, embora haja ainda muito espaço para se avançar.

Esses percentuais indicam que o modelo de desenvolvimento industrial implantado no estado, apesar da diversificação, é cada vez mais concentrado em segmentos produtores de *commodities* e, em menor grau, de produtos tradicionais. Para se chegar a esses percentuais, fez-se uma combinação da tipologia empregada por Ferraz *et al.* (1995), que agruparam os setores industriais pelo padrão de concorrência, com dados da indústria capixaba (Tabela 8), conforme segue:

- Produtores de *commodities*: extração de petróleo e serviços relacionados; extração de minerais metálicos; fabricação de papel e celulose; metalurgia básica; fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e fabricação de álcool; extração de carvão mineral;
- Produtores de duráveis de consumo e suas cadeias de fornecedores: fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações; fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias; fabricação de outros equipamentos de transporte;
- Indústrias tradicionais: fabricação de produtos alimentícios e bebidas; fabricação de produtos têxteis; confecção de artigos do vestuário e acessórios; preparação e fabricação de

<sup>21</sup> Mais informações, ver [www.garoto.com.br](http://www.garoto.com.br).

<sup>22</sup> Mais informações, ver [www.minutemaid.com.br](http://www.minutemaid.com.br).

<sup>23</sup> Para se chegar a esse percentual, consideraram-se os segmentos de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; fabricação de máquinas e equipamentos; fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios; fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias; e fabricação de outros equipamentos de transporte.

artefatos de couro, artigos de viagem e calçados; fabricação de produtos de madeira; fabricação de móveis e indústrias diversas;

- Indústrias difusoras do progresso técnico: fabricação de produtos químicos; fabricação de máquinas e equipamentos; fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática; fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios;
- Demais atividades: fabricação de produtos de fumo; edição, impressão e reprodução de gravações; fabricação de artigos de borracha e material plástico; extração de minerais não-metálicos; fabricação de produtos de minerais não-metálicos; fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; e reciclagem.

**Tabela 8: Participação relativa no VTI do Espírito Santo (1960-2005)**

<i>em porcentagem (%)</i>					
<b>Grupos de atividades</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1985</b>	<b>1996</b>	<b>2005</b>
Produtores de <i>commodities</i>	8,1	17,9	49,9	53,5	76,6
Produtos duráveis de consumo	0,4	2,3	6,9	1,5	0,2
Indústrias tradicionais	71,1	55,2	27,4	25,8	8,6
Indústrias difusoras de progresso técnico	1,7	1,6	7,0	3,2	4,9
<b>Sub-total</b>	<b>81,3</b>	<b>77,0</b>	<b>91,2</b>	<b>84,0</b>	<b>90,3</b>
Demais setores	18,7	19,8	8,8	16,0	9,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: elaboração própria a partir de Pereira (1998, p. 135), para 1960; Mota (2002, p. 89), para 1970-1985; e IBGE (2007c), para os anos de 1996-2005.

Além disso, o setor de construção civil também é relevante para a economia capixaba. Como mostra a Tabela 9, a participação relativa do setor no VAB é mais significativa no Espírito Santo do que no Brasil. Contudo, tal participação tem-se reduzido em ambos os casos, consequência da redução progressiva das taxas médias anuais de crescimento até 2004.

**Tabela 9: Participação e crescimento do VAB da construção civil, Espírito Santo e Brasil (1990-2004)**

<i>em porcentagem (%)</i>								
Atividades	1990		1995		2000		2004	
	Particip.	Taxa de cresc.	Particip.	Taxa de cresc.	Particip.	Taxa de cresc.	Particip.	Taxa de cresc.
Espírito Santo	9,3	-	13,3	3,8	10,8	1,6	8,5	-0,5
Brasil	7,8	-	5,5	-0,2	5,5	2,2	5,1	0,2

Fonte: IBGE (2007a), para os dados do Espírito Santo; e IPEADATA (2007d), para os dados do Brasil.

O crescimento da construção civil no estado tem afetado diretamente o segmento de atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados. Segundo o IBGE (2007a), tal segmento passou de uma participação no VAB estadual de 4,4%, em 1990, para 9,2%, em 2004, o mais importante segmento do setor terciário neste último ano, desconsiderando-se a administração pública como um setor produtivo. No período 1990-2004, o VAB das atividades imobiliárias cresceu a uma taxa média de 3,0% ao ano, indicador superior ao da construção civil em igual período, que foi de 1,6%.

#### 4) Considerações finais

Consoante a introdução, este trabalho teve como principal objetivo estudar o desenvolvimento econômico do Espírito Santo enfatizando o período pós-1990 e o seu setor industrial.

Anteriormente a esse período, foi visto que o 1º Ciclo de Desenvolvimento do estado centrou-se na cafeicultura. Já o 2º Ciclo foi marcado pela industrialização, dividindo-se em duas fases distintas: na 1ª fase, a característica mais marcante foi o crescimento liderado por empresas locais de pequeno e médio porte, promovido, em grande parte, por políticas públicas de incentivo

que apoiaram as condições endógenas da economia local; na 2ª fase, o crescimento foi liderado pelas empresas dos Grandes Projetos, resultando também num aumento das exportações capixabas.

No seu 3º Ciclo de Desenvolvimento, a economia capixaba continuou apresentando um desempenho superior ao do Brasil. Nos anos 1990, a novidade foi que o crescimento econômico estadual foi comandado pelo setor terciário – devido à expansão das atividades mercantis-portuárias –, e não mais pelo setor industrial como no período 1960-1990. No período 2000-2004, diferentemente da década anterior, o setor industrial liderou o processo de crescimento econômico estadual, pois ele cresceu a taxas maiores que o setor terciário.

De forma sintética, são marcantes para o 3º Ciclo de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo os segmentos de minerais metálicos, metalurgia, papel e celulose, extração de petróleo e gás, alimentos e bebidas, móveis, rochas ornamentais, vestuário e os serviços relacionados ao comércio exterior, além da construção civil. Do ponto de vista industrial, ficou claro que grande parte do desenvolvimento estadual está assentado em atividades produtoras de *commodities*.

Outro ponto interessante a ser ressaltado é que o Espírito Santo atravessou uma crise política e institucional na década de 1990 e início da seguinte. Somente a partir de 2003 foi possível que o governo estadual voltasse a fomentar e apoiar o setor produtivo local. Além disso, ele elaborou um plano de desenvolvimento para o estado que, aliado ao bom cenário econômico dos últimos anos e às possibilidades abertas pela exploração de petróleo e gás, tem causado otimismo no meio empresarial e no setor público capixaba (Soliani: 2007 e Dias: 2006).

Porém, sabe-se que petróleo e gás natural são recursos finitos. Assim, é consenso nos setores públicos e privados da economia capixaba que a diversificação, intensificada a partir dos anos 1990, deva ser aprofundada ainda mais, para contrabalançar, pelo menos em parte, a concentração em *commodities*. Inclusive porque tal crescimento tem limites ambientais e de espaço urbano bastante claros num horizonte de longo prazo.

Esse problema já foi identificado no Plano de Desenvolvimento “ES 2025” e constituiu uma das propostas de mudança até 2025 reverter ou pelo menos reduzir tal dependência, com diversos projetos estruturantes que buscam agregar valor e adensar as cadeias produtivas dos diversos setores da economia capixaba. Logo, diversificar a economia é fundamental, e há consenso na sociedade capixaba quanto a isso.

A questão que surge neste contexto é sobre qual o tipo de diversificação que deve ser buscada, para a economia capixaba manter ou ampliar seu dinamismo atual num futuro próximo. Como bem colocaram Nicolsky & Oliveira (2008), o Brasil precisa urgentemente de políticas públicas que revertam a atual trajetória que leva o país à dependência tecnológica e a ser um mero exportador de *commodities* e de produtos de baixa intensidade tecnológica. O mesmo pode ser dito do Espírito Santo, conforme este artigo procurou mostrar.

Assim, investimentos em ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) são essenciais para se atingir este objetivo. Porém, o “ES 2025” (SEP 2006a), apesar de tratar em vários dos seus projetos estruturantes da questão da diversificação produtiva, menciona muito pouco a questão da inovação – somente 1 dos 93 projetos estruturantes é diretamente relacionado com a área de C,T&I. No setor privado, a situação não é muito diferente. O Mapa Estratégico da Indústria Capixaba, elaborado pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) (FINDES/IDEIES 2008), também é muito tímido com relação às ações para estímulo da inovação: somente 2 ações dentre o total das 120 propostas. Assim, tudo indica que as questões relacionadas com a inovação ainda não entraram na agenda mais imediata do governo e do setor privado capixabas.

Dessa forma, algumas proposições gerais podem ser feitas para políticas públicas para o Espírito Santo, no que se refere às atividades de C,T&I:

- 1) dar prosseguimento à estruturação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia (SISECT), constituído pela Lei nº 4.778 de 1993 e reinaugurado pelo governo estadual em 2004 com a criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECT) e da Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (FAPES), com uma concomitante ampliação dos recursos investidos

em C&T, dada a sua importância para a atividade de inovação nas empresas (uma fonte interessante destes recursos pode ser a crescente receita com *royalties* do petróleo);

2) promover e incentivar a cooperação no setor produtivo capixaba, seja ela inter-firmas, seja ela no âmbito da relação universidade-empresa, visto que a cooperação é uma importante indutora da inovação;

3) criar instituições e mecanismos de governança para articular e promover, inclusive a partir de planejamento estratégico, uma melhor interação entre os atores do Sistema Capixaba de Inovação, a saber, setor produtivo, setor público e instituições de ensino e pesquisa;

4) incentivar as atividades econômicas ligadas ao conhecimento e aprendizado e ampliar o apoio aos setores industriais tradicionais da economia capixaba, como, por exemplo, móveis, vestuário, rochas ornamentais e metal-mecânico, na direção das atividades inovativas, pois são nesses setores que o poder público estadual tem maior poder de atuação em relação às grandes empresas, cujos centros decisórios estão longe do Espírito Santo;

5) incentivar a capacitação dos agentes capixabas que possibilite a atração de novos investimentos também em áreas intensivas em conhecimento.

## Referências bibliográficas

A GAZETA. *Potencialidades 2007*. Vitória: A Gazeta, 2006.

ARACRUZ CELULOSE. *Relatório Anual e de Sustentabilidade 2006*. Disponível em: [www.aracruz.com.br](http://www.aracruz.com.br). Acesso em: 20 de junho de 2007.

ARCELOR BRASIL CST (CST). *Fatos e números 2005*. Disponível em: [www.arcelor.com/br/cst](http://www.arcelor.com/br/cst). Acesso em: 20 de junho de 2007.

\_\_\_\_\_. *Informações diversas sobre a ArcelorMittal Tubarão*. Disponível em: [www.arcelor.com/br/cst](http://www.arcelor.com/br/cst). Acesso em: 20 de junho de 2007.

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO (ANP). *Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2006*. Disponível em: [http://www.anp.gov.br/conheca/anuario\\_2006.asp](http://www.anp.gov.br/conheca/anuario_2006.asp). Acesso em: 10 de junho de 2007.

\_\_\_\_\_. *Estatísticas sobre reservas e produção de petróleo e gás natural de 2006*. Disponível em: [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br). Acesso em: 10 de junho de 2007.

BITTENCOURT, Gabriel. *História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

CAÇADOR, Sávio Bertochi. *Os impactos dos royalties do petróleo na economia e nas finanças públicas do Espírito Santo e de seus municípios*. 104 f. Monografia (graduação) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2005.

\_\_\_\_\_. *Um olhar crítico sobre o desempenho recente da economia capixaba: uma análise a partir de teorias de desenvolvimento regional e de estatísticas de inovação*. 172 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória, 2008.

CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). In: *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. cap. 3.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século*



XX. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da UNESP, IE/UNICAMP, 2002.

CENTRO CAPIXABA DE DESENVOLVIMENTO METALMECÂNICO (CDMEC). *A indústria de base do Espírito Santo – Brasil*: 2006. Vitória: CDMEC, 2006.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE (CVRD). *Informações diversas sobre a CVRD*. Disponível em: [www.cvrd.com.br](http://www.cvrd.com.br). Acesso em: 20 de junho de 2007.

\_\_\_\_\_. *Relatório Anual 2006*. Disponível em: [www.cvrd.com.br](http://www.cvrd.com.br). Acesso em: 20 de junho de 2007.

DIAS, Guilherme. ES 2025: crescer com qualidade. In: *200 Maiores Empresas no ES* – edição 2006. IEL-ES, Ano X, nº 10, 07 de novembro de 2006. p. 72-74.

FERRAZ, João Carlos, et al. *Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1995.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESPÍRITO SANTO (FINDES). *Mapa estratégico da indústria capixaba 2008-2015*. Vitória: FINDES/IDEIES, 2008.

FUTURA. *Estudo para a formulação de uma agenda empresarial capixaba*. Vitória: FUTURA, 2002. (mimeo.)

\_\_\_\_\_. *Identificação e Mapeamento dos APLs do Espírito Santo*. Vitória: FUTURA, 2006. (mimeo.)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Contas regionais – 1990/2004*. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 10 de junho de 2007a.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Industrial Anual (PIA) – 1996/2005*. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 10 de junho de 2007b.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF): 1992-2006*. Disponível em: [www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br). Acesso em: 10 de junho de 2007c.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *Estatísticas das contas regionais do Espírito Santo: 1990-2004*. Disponível em: [www.ijsn.es.gov.br](http://www.ijsn.es.gov.br). Acesso em: 10 de junho de 2007a.

\_\_\_\_\_. *Mapa do sistema logístico e das principais empresas do Espírito Santo*. Disponível em: [www.ijsn.es.gov.br](http://www.ijsn.es.gov.br). Acesso em: 10 de junho de 2007b.

IPEADATA. *Diversos dados demográficos nacionais, regionais (Espírito Santo e municípios) para o período 1950-2005*. Disponível em: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br). Acesso em: 10 de janeiro de 2007a.

\_\_\_\_\_. *Diversos dados nacionais, regionais (Espírito Santo e municípios) e setoriais sobre PIB calculados a preços constantes (em reais de 2000) para o período 1949-2004*. Disponível em: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br). Acesso em: 10 de janeiro de 2007b.

\_\_\_\_\_. *Taxa de câmbio nominal do Brasil (1995/2006), média anual*. Disponível em: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br). Acesso em: 10 de janeiro de 2007c.

\_\_\_\_\_. *Valor adicionado bruto da construção civil (1990/2004)*. Disponível em: [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br). Acesso em: 10 de janeiro de 2007d.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). *Comércio exterior capixaba*: 2006. Disponível em: [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br). Acesso em: 01 de agosto de 2007a.

\_\_\_\_\_. *Evolução do comércio exterior brasileiro*: 1950-2007. Disponível em: [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br). Acesso em: 01 de agosto de 2007b.

\_\_\_\_\_. *Exportação brasileira por porte de empresa*: 2006. Disponível em: [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br). Acesso em: 01 de agosto de 2007c.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). *Relação Anual de Informações Sociais (2005)*. Disponível em: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acesso em: 01 de agosto de 2007.

MOTA, Fernando Cezar de Macedo. *Integração e dinâmica regional: o caso capixaba (1960-2000)*. 161 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2002.

NICOLSKY, Roberto, OLIVEIRA, André K. *Reverter o declínio tecnológico*. Folha de São Paulo, 10 de março de 2008, p. 3.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (NEP/UFES). *Proposta de estratégias de interiorização do desenvolvimento e descentralização de investimentos no Espírito Santo*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1993.

PEREIRA, Guilherme Henrique. *Política industrial e localização de investimentos e o caso do Espírito Santo*. 1 ed. Vitória: EDUFES, 1998.

PRATES, Daniela Magalhães. *A alta recente dos preços das commodities*. In: Revista de Economia Política, v. 27, n. 3, São Paulo, julho-setembro de 2007.

ROCHA, Haroldo C.. Formação econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial. In: GUALBERTO, João, DAVEL, Eduardo. (orgs.). *Inovações organizacionais e relações do trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1998. p. 33-75.

\_\_\_\_\_, MORANDI, Angela M. *Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985*. 1 ed. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

SAMARCO MINERAÇÃO. *Relatório Anual 2006*. Disponível em: [www.samarco.com.br](http://www.samarco.com.br). Acesso em: 20 de junho de 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO (SEP). *Espírito Santo 2025: plano de desenvolvimento*. Vitória: SEP/MACROPLAN, 2006a.

\_\_\_\_\_. Nota técnica: Agregação de valor e diversificação econômica do Espírito Santo. v. 10. In: SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO (SEP). *Espírito Santo 2025: plano de desenvolvimento*. Vitória: SEP/MACROPLAN, 2006b.

SINDICATO DO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (SINDIEX). *O comércio exterior do Espírito Santo: 1980-2000*. Vitória: SINDIEX, 2002. Disponível em: [www.sindiex.org.br](http://www.sindiex.org.br). Acesso em: 02 de maio 2007.

\_\_\_\_\_. *Anuário do Comércio Exterior do Espírito Santo 2006*. Vitória: SINDIEX, 2007.

Disponível em: [www.sindiex.org.br](http://www.sindiex.org.br). Acesso em: 02 de maio 2007.

SOLIANI, André. Em busca de crescimento com qualidade. In: *Indústria Brasileira*, Edição Especial Regional – Sudeste, ano 7, nº 78ª, agosto de 2007. p. 37-41.

VILLASCHI FILHO, Arlindo, SABADINI, Mauricio. Arranjo produtivo de rochas ornamentais (mármore e granito)/ES. In: *Projeto de Pesquisa Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, julho de 2000. Nota técnica n. 13.

Submetido em: 26/01/09

Aceito em: 28/01/09